



CIELO S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91

www.cielo.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Flap 6

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Contábeis Semestrais Completas da Cielo S.A. ("Sociedade" ou "Cielo"), de suas controladas e coligada (denominadas em conjunto "Grupo"), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, acompanhados do Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

No advento da obtenção da autorização emitida pelo Banco Central do Brasil para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora em abril de 2017, a Cielo passou a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável (aqui denominadas em conjunto como "BR GAAP").

As informações contábeis consolidadas contemplam os saldos das contas da Cielo (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança e das controladas indiretas Me-S e M4Produtos. O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo, e da coligada Stelo, são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações contábeis consolidadas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em meio aos primeiros sinais de melhora do ambiente econômico, assim como refletidos em nosso Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), concluímos o primeiro semestre de 2017 com resultados sólidos, reafirmando nosso compromisso com a obtenção de maior eficiência operacional e geração de valor para nosso acionista. O controle dos gastos totais e a expansão das margens líquidas são exemplos concretos dos resultados alcançados com o empenho de nossos esforços ao longo dos últimos meses. São, também, fruto e consequência do trabalho e dedicação de nossos colaboradores, que seguem engajados e alinhados na obtenção de resultados robustos.

Na busca pelo desenvolvimento de um ambiente cada vez mais ágil, seguimos firmes em nosso processo de evolução digital. As primeiras etapas foram concluídas, com o primeiro projeto de melhoria de nosso atendimento ao cliente tendo sido conduzido por meio de uma equipe multidisciplinar e desburocratizada. Mais e mais, pulverizaremos o conceito de trabalho em squads para que o desenvolvimento e implementação dos mais variados projetos esteja alinhado com o protagonismo que temos no mercado brasileiro.

Adicionalmente, fortalecemos o laço com nossos clientes por meio do programa Somos Todos Comerciais, em que todos os colaboradores são incentivados a fazer visitas aos estabelecimentos. No esforço contínuo para oferecermos as melhores soluções para nossos clientes e mantermos a maior proximidade comercial, criamos o aplicativo Embaixadores Cielo, pelo qual todo e qualquer colaborador é capaz de afiliar novos estabelecimentos e ajudar aqueles que já são clientes.

Para que isso seja possível, seguimos investindo na criação e desenvolvimento de um ambiente de trabalho cada vez mais positivo e produtivo para nossos colaboradores. Passamos a incorporar práticas de gestão de pessoas de vanguarda, que prezam pela meritocracia, pela comunicação tempestiva e transparente, pela gestão colaborativa de iniciativas estratégicas para a companhia. Dessa forma, seguimos empenhados em entregar os melhores resultados naquela que é tida como uma das melhores empresas para se trabalhar há 16 anos.

O processo de evolução digital, com foco crescente em ganhos de eficiência e criação de um ambiente de trabalho ainda mais colaborativo, somente faz sentido se tivermos o nosso cliente no centro de nossa tomada de decisão. Pautando nossa estratégia na força de nossa marca, na qualidade inquestionável de nossa força comercial, na capilaridade de nossa distribuição, solidez de nossa plataforma tecnológica e de suporte ao cliente, temos investido na diversificação de nossos produtos e maior proximidade junto ao cliente.

Como parte dessa estratégia, temos o lançamento recente de nossa nova campanha de marketing, em que destacamos nossa maior segmentação e parceria junto ao cliente. Para desenvolvê-la, trabalhamos a segunda camada do posicionamento Máquina de Ideias e apresentamos, em uma multiplataforma de conteúdo, toda a robustez da Cielo que a permite ser uma estrutura que mantém negócios em movimento, reforçando a confiabilidade da companhia e a inovação a serviço dessa estrutura. A campanha ressalta a crença da Cielo de que nenhum negócio nasceu para ficar parado.

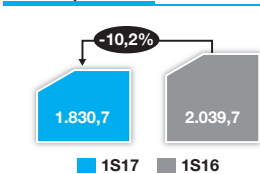
A adoção por parte de 48 mil clientes do Cielo Controle, produto voltado para os clientes de menor faturamento e que desejam ter maior previsibilidade, é exemplo no campo da maior proximidade, diferenciação e segmentação. No primeiro semestre, vimos evoluir a adoção pelos clientes do Cielo Farol - temos hoje 25 mil clientes fazendo uso do serviço de inteligência de dados para o varejo. Esses produtos refletem a crença da companhia em ir além da máquina.

Há muito trabalho pela frente, mas estamos confiantes que continuaremos entregando resultados sólidos e robustos. Como reflexo de nossos esforços na manutenção dos mais altos padrões de gestão e governança, fomos reconhecidos pelo regulador do sistema de meios de pagamentos, o Banco Central, como instituição de pagamento em abril de 2017. Tal chancela nos dá o conforto e a confiança de seguirmos trabalhando com o objetivo de fazermos mais por nossos clientes. Para tanto, a Cielo pauta sua operação em quatro pilares: evolução digital, cliente no centro da tomada de decisão, felicidade dá lucro e eficiência operacional. Não abdicando de seu papel de protagonista, a Cielo seguirá em frente.

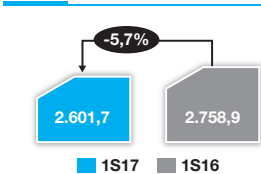
DESTAQUES 1S17

- Volume financeiro de transações totalizou R\$295,6 bilhões, aumento de 4,8% em relação ao 1S16, ou R\$13,5 bilhões;
- Receita operacional líquida totalizou R\$5.632,3 milhões, redução de 7,9% em relação ao 1S16, ou R\$484,6 milhões;
- Aquisição de recebíveis (ARV) sem custo de captação totalizou R\$1.193,3 milhões, representando uma redução de 8,2% em relação ao 1S16. As aquisições de recebíveis atingiram 19,4% sobre o volume financeiro de crédito no semestre, queda de 0,8 ponto percentual em relação ao 1S16;
- Os gastos totais totalizaram R\$3.663,5 milhões, redução de 8,7% em relação ao 1S16, ou R\$350,4 milhões;
- Em decorrência da adoção dos critérios e regras contábeis do BR GAAP, os ágios contabilizados com fundamento na previsão de resultados futuros foram amortizados de forma retrospectiva, desde a data originária de aquisição de investimento e de acordo com os prazos dos projetos que o justificaram, limitados a cinco anos. No 1S17, a amortização de ágio totalizou R\$150,1 milhões, redução de 7,7% ou R\$12,6 milhões em relação ao 1S16;
- Adicionalmente, no BR GAAP, a variação cambial decorrente do financiamento "ten years bonds" passou a impactar o resultado da Sociedade, totalizando um efeito negativo líquido de imposto de R\$15,2 milhões, redução de 107,1% em relação ao 1S16, ou R\$230,8 milhões;
- Lucro líquido Cielo totalizou R\$1.830,7 milhões, redução de 10,2% em relação ao 1S16, ou R\$209,0 milhões;
- EBITDA de R\$2.601,7 milhões, redução de 5,7% em relação ao 1S16, ou R\$157,2 milhões.

Lucro Líquido Cielo



EBITDA



DESEMPENHO OPERACIONAL 1S17

Volume Financeiro de Transações - Evolução Semestral

No 1S17, o volume financeiro de transações totalizou R\$295,6 bilhões, representando um aumento de 4,8%, ou R\$13,5 bilhões, em comparação aos R\$282,1 bilhões do mesmo semestre do exercício anterior.

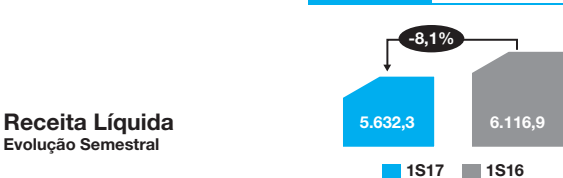
Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações totalizou R\$162,3 bilhões no 1S17, apresentando um aumento de 1,1% em relação ao 1S16.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$133,3 bilhões no 1S17, um crescimento de 9,6% em relação ao 1S16.

Adicionalmente, a Cielo capturou 3,511 bilhão de transações no 1S17, um crescimento de 7,9% em relação ao 1S16.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

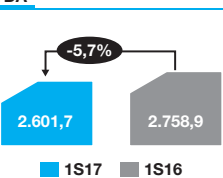
Receita Líquida



Receita Líquida Evolução Semestral

EBITDA Evolução Semestral

EBITDA



A receita líquida da Cielo consolidada totalizou R\$5.632,3 milhões no 1S17, representando uma redução de 7,9% ou R\$484,6 milhões, quando comparada aos R\$6.116,9 milhões no 1S16. A diminuição da receita líquida proveniente de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito deve-se especialmente à redução do preço médio, crescimento da participação do produto débito, concentração em clientes do segmento Grandes Contas e do ambiente competitivo, parcialmente compensado pelo aumento no volume capturado. No período também houve redução nas receitas de aluguel de equipamentos de captura dada a redução no parque instalado, queda de receitas da controlada M4U dada a mudança do modelo de negócio que passou de revenda para comissionamento nas vendas de recarga de celular, e pela redução da receita gerada nos EUA, da controlada Merchant E-Solutions, frente o efeito da desvalorização do dólar médio do período.

Custos

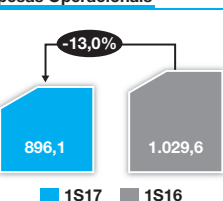


Custo dos Serviços Prestados Evolução Semestral

O custo dos serviços prestados totalizou R\$2.763,8 milhões no 1S17, representando uma redução de R\$216,0 milhões ou 7,3%, quando comparado aos R\$2.979,8 milhões do mesmo semestre do exercício anterior. A redução ocorreu substancialmente em decorrência dos seguintes eventos:

- Redução de R\$57,1 milhões nos custos da controlada Merchant e-Solutions, em decorrência da depreciação do dólar médio do semestre, compensado pelo aumento dos gastos em moeda estrangeira, especialmente com intercâmbio e serviços de processamento, em linha com o crescimento da receita;
- Redução de R\$112,5 milhões nos custos da controlada M4U, decorrente da mudança no modelo de remuneração de determinados produtos, que passaram de revenda para comissionamento nas vendas, parcialmente compensado pelo aumento das vendas de crédito de celular;
- Redução de R\$36,4 milhões nos custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard, relacionado à iniciativas de racionalização de gastos com central de atendimento, bem como em decorrência da queda dos gastos com gestão de cartões visto ações massificadas de emissão de cartões no 1S16; e
- Redução líquida de R\$10,0 milhões nos custos diretamente relacionados com as atividades de aquisição, basicamente representados por:
 - Redução de R\$18,7 milhões nos custos vinculados aos equipamentos, relacionado a menor demanda de instalação, reparo e manutenção de terminais de captura, visto a diminuição da volumetria, da base de equipamentos e estabelecimentos comerciais ativos, parcialmente compensado pelo aumento dos gastos com aquisições de *spare parts*;
 - Redução de R\$3,6 milhões nos custos vinculados à contratação de serviços profissionais, substancialmente relacionada ao resultado de iniciativas de racionalização de custos; e
 - Aumento de R\$12,3 milhões nos custos relacionados à transação, como com liquidação de transações, remuneração das bandeiras e serviços de processamento, em decorrência do aumento do volume e quantidade de transações quando comparado com o 1S16, parcialmente compensado pela queda com central de atendimento, gastos com projetos corporativos, suprimentos e telecomunicações, visto ações de racionalização de gastos e de eficiência operacional.

Despesas Operacionais



Despesas Operacionais Evolução Semestral

As despesas operacionais totalizaram R\$896,1 milhões no 1S17, apresentando uma redução de R\$133,4 milhões ou 13,0%, em relação ao mesmo semestre do exercício anterior. A diminuição decorre substancialmente dos seguintes fatores:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$11,5 milhões ou 4,4%, para R\$273,1 milhões no 1S17, comparados com os R\$261,7 milhões no 1S16. O crescimento decorre do reajuste médio definido em convenção coletiva sobre salários, em agosto de 2016 e do aumento no quadro de colaboradores, no 1S17.

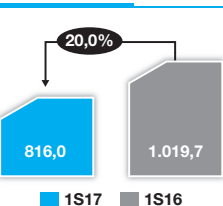
Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, reduziram R\$14,6 milhões ou 5,8%, para R\$236,4 milhões no 1S17, comparadas com os R\$251,0 milhões no 1S16. A redução está substancialmente relacionada à diminuição dos gastos com ações de crescimento e ativação de clientes na controladora, à menores gastos com parceiros comerciais ("*partnership fees*") e despesas administrativas (decorrente da mudança de sede da Me-S da Califórnia para Atlanta em 2016), ambos impactados pela depreciação do dólar médio no semestre, parcialmente compensada pelo acréscimo dos gastos com projetos estratégicos e estruturantes (grande parte com entregas previstas para o início do 3T17) na controladora.

Depreciação e amortização - As despesas de depreciação e amortização reduziram R\$14,1 milhões ou 7,1%, para R\$185,4 milhões no 1S17, comparadas com os R\$199,5 milhões no 1S16. A redução está substancialmente relacionada ao efeito da depreciação do dólar médio do período sobre a amortização de ágio registrado na controlada americana Cielo USA, parcialmente compensado pelo início da amortização do ágio gerado na compra de 41,34% da Multidisplay a partir de julho de 2016.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$63,0 milhões ou 43,0%, para R\$83,6 milhões no 1S17, comparadas com os R\$146,6 milhões no 1S16. A redução decorre substancialmente da calendarização de gastos com mídias e da diminuição de gastos com campanhas institucionais e ações de marketing realizadas em conjunto com os bancos emissores e parceiros de vendas.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas reduziram R\$54,2 milhões ou 30,9%, para R\$121,1 milhões no 1S17, comparada com os R\$175,3 milhões no 1S16. A redução está substancialmente relacionada a menores perdas com equipamentos de captura na controladora, bem como ao reconhecimento de provisão para perda de investimento e ágio em coligada no 1S16, parcialmente compensada pelo aumento na expectativa de perdas com créditos incobráveis (basicamente de contas à receber de aluguel), no 1S17.

Resultado Financeiro



Resultado Financeiro Evolução Semestral

O resultado financeiro totalizou R\$816,0 milhões no 1S17, uma redução de R\$203,7 milhões ou 20,0% em relação ao 1S16, que obteve um resultado de R\$1.019,7 milhões. O decréscimo ocorreu fundamentalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras aumentaram R\$95,6 milhões ou 95,6%, para R\$195,6 milhões no 1S17, comparadas com os R\$100,1 milhões no 1S16. O crescimento está substancialmente relacionado ao maior saldo médio aplicado pela Cielo e pela controladora Cateno no 1S17, oriundo do caixa gerado em suas operações.

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$149,7 milhões ou 21,3%, para R\$552,4 milhões no 1S17, comparadas com os R\$702,1 milhões no 1S16. A diminuição decorre da redução do endividamento médio com terceiros, basicamente em virtude da amortização da segunda parcela das debêntures públicas, em abril de 2017.

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) sem custo de captação - A aquisição de recebíveis, realizada diretamente pela Cielo ou através do FIDC, líquida dos tributos, reduziu R\$107,0 milhões ou 8,2%, para R\$1.193,3 milhões no 2S17, comparado com os R\$1.300,3 milhões no 1S16. O decréscimo está substancialmente relacionado à diminuição do volume adquirido, à queda da taxa média de juros DI e à redução do prazo médio das operações.

Variação cambial líquida - A variação cambial líquida reduziu R\$342,0 milhões ou 106,4%, para R\$5,2 milhões negativos no 2S17, comparado com os R\$321,5 milhões positivos no 1S16. O decréscimo está substancialmente relacionado ao efeito da apreciação do dólar de fechamento entre os períodos sobre o saldo do financiamento de longo prazo "ten years bonds".

O EBITDA totalizou R\$2.601,7 milhões no 1S17, representando uma redução de 5,7% em relação ao 1S16.

EBITDA (R\$ milhões)	1S17	1S16
Lucro Líquido Cielo	1.830,7	2.039,7
Participação dos acionistas não controladores	90,3	83,4
Resultado Financeiro	(816,0)	(1.019,7)
Imposto de Renda e Contribuição Social	867,4	1.004,1
Depreciação e Amortização	629,3	651,4
EBITDA	2.601,7	2.758,9
% Margem EBITDA	46,2%	45,1%

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade. No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Companhia adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), evidenciando o comprometimento da Companhia e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores. A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente; (f) da existência de calendário anual e pauta mínima do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas.

Importante destacar que, em 2013, a Companhia formalizou em Política para Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo conflito de interesses da Companhia "Política", que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa.

As questões referentes ao conflito de interesses/partes relacionadas devem ser direcionadas ao Comitê de Governança Corporativa para que este, mediante premissas, filtros e mecanismo definidos na Política, recomende o tema para a deliberação do Conselho de Administração. Quando se tratar de assuntos relacionados ao conflito de interesses/partes relacionadas entre os acionistas integrantes do bloco de controle e a Companhia, o Comitê de Governança Corporativa, em caráter excepcional, será composto por dois Conselheiros independentes, devendo o segundo Conselheiro ser convocado a apreciar a matéria na condição de membro "ad hoc" do Comitê de Governança Corporativa, em substituição aos representantes dos Acionistas Controladores.

Como exemplos práticos, temos (a) a política de incentivos aos bancos aprovada exclusivamente pelos membros independentes do Conselho de Administração e (b) a aprovação da constituição da Cateno (fruto da associação entre a Cielo e Banco do Brasil) realizada exclusivamente pelos conselheiros independentes e membros do Conselho de Administração indicados pelo Banco Bradesco.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Companhia, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Companhia e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Companhia é composta por 05 (cinco) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Companhia às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 5 (cinco) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Comitê de Sustentabilidade; e a Diretoria Executiva possui 10 (dez) fóruns de assessoramento: Fórum de Risco, Fórum de Risco Emissor, Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Gestão da Continuidade de Negócio, Fórum de Investimentos Sociais e Culturais, Fórum de Preços, Fórum de Projetos e Fórum de Diversidade.

O Conselho Fiscal da Companhia, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) membro independente.

A Companhia está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Esse compromisso se dá no dia a dia, por meio de práticas ambientais consistentes, como por exemplo, o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa - alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a inovação, o empreendedorismo e a transformação e inclusão social, ampliando o acesso de públicos mais vulneráveis a atividades culturais, esportivas, educacionais e de saúde; e soluções de negócio que promovem a inclusão financeira e garantem a formalização da economia.

A geração de valor para a Companhia e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Companhia. Por meio do Código de Conduta Ética, a Companhia busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em consonância com o princípio da transparência, a Companhia publicou, em abril de 2017, o Relatório de Sustentabilidade 2016, o qual foi elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão G4, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Companhia, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Companhia, a partir de 2014 passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), reconhecimento que atesta as boas práticas de gestão e governança corporativa da Companhia. Desde 2015, integra o índice de Sustentabilidade Euronext-Vigeo EM70, que engloba 70 empresas com alta performance em responsabilidade corporativa em mercados emergentes, lançado em 2015 pela Vigeo, agência líder em ratings globais voltados à sustentabilidade.

Em setembro de 2016, pela primeira vez, a Companhia passou a integrar a carteira do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), na categoria World. Para serem incluídas, as empresas passam por rigoroso processo seletivo, que analisa dados econômicos, desempenho ambiental e social, governança corporativa, gestão de risco, mitigação da mudança climática, e práticas trabalhistas, dentre outras. E, desde 2011, a Companhia possui American Depositary Receipts (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o 1S17, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A Cielo declara que os auditores independentes lhe prestaram serviço não relacionado à auditoria externa, que consiste na asseguarção do Relatório de Sustentabilidade e do Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa referentes ao ano de 2016 de acordo com as orientações do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), na Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante da contratação representa cerca de 2,0% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2017 da controladora Cielo, de suas controladas Cateno, Cielo USA, Merchant e-Solutions, Orizon e da coligada Stelo.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários, apresentadas para justificar as variações, não foram objeto de auditoria realizada pelos auditores independentes.



CIELO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91

www.cielo.com.br



BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 - (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
CIRCULANTE					
DISPONIBILIDADES	5	13.455	3.455	462.309	265.438
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6	285.946	6.999	308.480	37.637
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	7	9.177.383	392	1.984.922	925.471
OUTROS CRÉDITOS		51.749.929	59.575.734	61.436.523	60.795.979
Rendas a Receber	8	69.060	35.442	478.363	472.571
Diversos		51.718.041	59.556.744	61.001.449	60.344.045
Contas a Receber de Emissores	8	51.151.484	59.151.102	60.137.118	59.648.241
Créditos Tributários	9	264.019	325.054	366.756	424.639
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	9	228.014	35.858	381.386	171.383
Outros	8	74.524	44.730	116.189	99.782
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(37.172)	(16.452)	(43.289)	(20.637)
OUTROS VALORES E BENS		33.207	17.149	45.054	27.599
Total do ativo circulante		61.259.920	59.603.729	64.237.288	62.052.129
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	7	-	70.613	-	70.816
OUTROS CRÉDITOS		2.194.935	1.921.538	2.235.223	1.961.076
Diversos		2.194.935	1.921.538	2.235.223	1.961.076
Devedores por depósitos em garantia	15	1.594.250	1.404.516	1.604.418	1.411.937
Créditos Tributários	9	581.188	508.196	586.585	516.271
Outros	8	19.497	8.826	44.220	32.868
OUTROS VALORES E BENS		87	87	1.647	126
PERMANENTE					
INVESTIMENTOS					
Participações em Coligadas e Controladas	10	8.786.697	8.645.407	98.064	84.688
IMOBILIZADO DE USO	11	480.951	592.511	533.812	628.976
INTANGÍVEL		289.920	176.185	11.752.121	12.333.625
Agio na aquisição de investimentos	12 a.	-	-	96.484	319.633
Outros intangíveis	12 b.	289.920	176.185	11.655.637	12.013.992
Total do ativo realizável a longo prazo e permanente		11.752.590	11.406.341	14.620.867	15.079.307
TOTAL DO ATIVO		73.012.510	71.010.070	78.858.155	77.131.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras semestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITA LÍQUIDA	18	3.344.346	3.625.572	5.632.316	6.116.922
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(1.089.271)	(1.093.341)	(2.763.755)	(2.979.840)
LUCRO BRUTO		2.255.075	2.532.231	2.868.561	3.137.082
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Pessoal	19	(146.060)	(141.045)	(273.130)	(261.612)
Gerais e administrativas	19	(209.473)	(202.353)	(421.837)	(450.508)
Vendas e marketing	19	(77.716)	(140.625)	(83.650)	(146.644)
Equivalência patrimonial	10	65.021	(1.942)	3.605	4.480
Outras despesas operacionais, líquidas	19 e 20	(100.011)	(114.328)	(121.125)	(175.286)
LUCRO OPERACIONAL		1.786.836	1.931.938	1.972.424	2.107.512
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	26	124.136	35.806	195.606	100.010
Despesas financeiras	26	(527.051)	(672.243)	(552.360)	(702.062)
Aquisição de recebíveis/FIDC	26	1.192.019	1.301.675	1.193.267	1.300.297
Variação cambial, líquida	26	(20.303)	321.409	(20.490)	321.491
		768.801	986.647	816.023	1.019.736
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.555.637	2.918.585	2.788.447	3.127.248
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	9	(699.402)	(1.061.935)	(864.376)	(1.216.812)
Diferidos	9	(25.512)	183.081	(3.039)	212.698
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.830.723	2.039.731	1.921.032	2.123.134
Atribuído a:					
Acionistas controladores				1.830.723	2.039.731
Acionistas não controladores				90.309	83.403
				1.921.032	2.123.134
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	17	0.67487	0.75223	0.67487	0.75223
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	17	0.67396	0.75097	0.67396	0.75097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras semestrais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras semestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.555.637	2.918.585	2.788.447	3.127.248
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	11 e 12	228.035	217.485	629.281	650.916
Constituição (reversão) de provisão para perdas com imobilizado		(10.551)	21.305	(10.551)	21.305
Custo residual de imobilizado e intangível baixados	11 e 12	8.951	22.983	9.339	24.962
Opções de ações outorgadas	25	14.363	16.325	14.363	16.325
Perdas com créditos incobráveis e fraude	20	86.136	56.190	103.155	84.236
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.a)	91.017	119.223	89.655	125.137
Aquisição de recebíveis a apropriar	8	(46.814)	(37.376)	(45.052)	(37.376)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	90.309	83.403
Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior		14.749	(547.311)	14.749	(547.311)
Resultado com instrumentos financeiros		(37.665)	213.314	(37.665)	213.314
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	430.983	590.058	455.777	618.967
Provisão para perda em investimentos	10	-	-	-	22.247
Equivalência patrimonial	10	(65.021)	1.942	(3.605)	(4.480)
Rendimento de participação no FIDC	7	(1.195.876)	-	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários		29.601	2.258	(199.439)	(103.956)
Contas a receber operacionais		9.030.541	1.361.603	8.877.205	1.423.885
Contas a receber com partes relacionadas		(24.227)	(1.303)	(4.466)	(197)
Impostos antecipados e a recuperar		-	-	(3.218)	11.418
Outros valores a receber (circulante e não circulante)		61.462	2.752	64.891	(16.549)
Depósitos judiciais	15.b)	(79.861)	(108.313)	(81.807)	(109.482)
Despesas pagas antecipadamente		(27.863)	(12.599)	(31.735)	(18.122)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a pagar a estabelecimentos		(7.306.968)	(1.448.833)	(7.545.333)	(1.621.156)
Fornecedores		(161.934)	49.080	(153.468)	75.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras semestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

Atribuído à participação dos acionistas controladores											
Reservas de lucros											
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2016	2.500.000	60.678	(140.648)	500.000	2.129.692	-	-	133.565	5.183.287	3.643.289	8.826.576
Aumento de capital	16.a)	1.000.000	-	-	(1.000.000)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria		-	(24.904)	-	-	-	-	-	(24.904)	-	(24.904)
Opção de ações e ações outorgadas	25	-	16.325	-	-	-	-	-	16.325	-	16.325
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	25 e 16.c)	-	(18.647)	32.187	-	-	-	-	13.540	-	13.540
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	2.039.731	-	2.039.731	83.403	2.123.134
Destinação sobre o lucro líquido do semestre:											
Reserva legal	16.e)	-	-	-	99.228	-	(99.228)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	16.g)	-	-	-	-	-	(238.000)	-	(238.000)	-	(238.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	16.g)	-	-	-	-	-	(374.366)	-	(374.366)	-	(374.366)
Reserva de Orçamento de Capital	-	-	-	-	1.328.137	-	(1.328.137)	-	-	-	-
Efeito dos outros acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75.541)	(75.541)
Resultados abrangentes:											
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	16.d)	-	-	-	-	-	-	31.282	31.282	-	31.282
Saldos em 30 de junho de 2016	3.500.000	58.356	(133.365)	599.228	2.457.829	-	-	164.847	6.646.895	3.651.151	10.298.046
Saldos em 01 de janeiro de 2017	3.500.000	63.062	(103.967)	700.000	3.583.896	-	-	162.611	7.905.602	3.659.589	11.565.191
Aumento de capital	16.a)	1.200.000	-	-	(1.200.000)	-	-	-	-	-	-
Opção de ações e ações outorgadas	25	-	14.363	-	-	-	-	-	14.363	-	14.363
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	25 e 16.c)	-	(13.142)	19.548	-	-	-	-	6.406	-	6.406
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	1.830.723	-	1.830.723	90.309	1.921.032
Destinação sobre o lucro líquido do semestre:											
Reserva legal	16.e)	-	-	-	91.536	-	(91.536)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	16.g)	-	-	-	-	-	(325.300)	-	(325.300)	-	(325.300)
Dividendos mínimos obrigatórios	16.g)	-	-	-	-	-	(260.377)	-	(260.377)	-	(260.377)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	741.675	(741.675)	-	-	-	-
Reserva de Orçamento de Capital	-	-	-	-	411.835	-	(411.835)	-	-	-	-
Efeito dos outros acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(94.037)	(94.037)
Resultados abrangentes:											
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	16.d)	-	-	-	-	-	-	(11.998)	(11.998)	-	(11.998)
Saldos em 30 de junho de 2017	4.700.000	64.283	(84.419)	791.536	2.795.731	741.675	-	150.613	9.159.419	3.655.861	12.815.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras semestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cielo S.A. ("Sociedade" ou "Cielo") foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla "CIEL3", e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade, controladas em conjunto e coligada, que junto à Cielo também são designadas como "Grupo" ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões,

serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

Eventos significativos do período

No semestre findo em 30 de junho de 2017 ocorreram os seguintes eventos que impactaram significativamente a posição financeira da Sociedade:

- Lucro líquido da controladora do 1º semestre de 2017 totalizou R\$ 1.830.723, 10,2% inferior ao mesmo período de 2016;
- Em AGE realizada em 12 de abril de 2017, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$ 1.200.000 a partir do saldo proveniente da reserva de orçamento de capital;

- Em abril de 2017, houve pagamento da 2ª parcela do principal das debêntures públicas no montante de R\$ 1.740.165;
- Em 22 de junho de 2017, houve a liquidação do empréstimo em moeda estrangeira - "operação 4.131", no valor de R\$ 993.272, e dos instrumentos financeiros derivativos ("Swaps"), no valor de R\$ 32.800;
- A Cielo obteve, em 27 de abril de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo BACEN. Em virtude do novo marco regulatório, houve mudança do modelo de operação da Cielo, no qual a Sociedade assumiu condição de devedora do estabelecimento comercial e passou a reconhecer contabilmente (i) como um ativo, o direito de receber o valor de compra de produtos e serviços das instituições emissoras de cartões (*contas a receber de emissores*); e, em contrapartida, (ii) como um passivo, a obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade (*contas a pagar a estabelecimentos*).



continua



CIELO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91

www.cielo.com.br



2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável (denominada em conjunto como "BR GAAP").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 1º de agosto de 2017.

2.2 Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

A Cielo obteve, em 27 de abril de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN ou Banco Central"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Sociedade passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), de acordo com o tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, inclusive com critérios determinados pelo Banco Central.

Em consonância com as regras aplicáveis do Banco Central, para fins societários, as informações financeiras oficiais da Sociedade passaram a refletir as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Para tanto, as informações financeiras da Sociedade estão refletindo os preceitos do Pronunciamento Contábil nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.077/11, e em linha com os procedimentos de adoção inicial definidos na Circular nº 3.833/2017, do BACEN, quando aplicável.

Adicionalmente, em razão do novo marco regulatório aplicável às instituições de pagamento integrantes do SPB e da obtenção da autorização de funcionamento, houve mudança no modelo de operação da Sociedade, no qual a Cielo assumiu condição de devedora, garantindo o pagamento ao estabelecimento comercial desde o momento da realização da transação, e não mais de repassadora dos valores, passando a reconhecer contabilmente (i) como um ativo, o direito de receber o valor de compra de produtos e serviços das instituições emissoras de cartões (*contas a receber de emissoras*); e, em contrapartida, (ii) como um passivo, a obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade (*contas a pagar a estabelecimentos*), já líquida do desconto a título de remuneração pelos serviços de captura, processamento e liquidação das transações.

Os efeitos da adoção inicial das práticas contábeis BR GAAP, assim, como da alteração do modelo de operação da Sociedade, estão demonstrados na Nota 04.

2.3 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissoras, por exemplo), imposto de renda e contribuição social diferidos (créditos tributários), redução ao valor recuperável do ágio, provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de apresentação.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em ajustes de avaliação patrimonial e acumuladas no patrimônio líquido. O ágio e sua amortização e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.5 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada ao resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade). A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida "*pro rata temporis*", considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moeda estrangeira, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

2.7 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. A composição e os prazos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 6 e os rendimentos auferidos estão apresentados na Nota 26.

2.8 Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Sociedade em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001:

- Títulos para negociação** - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os títulos e valores mobiliários perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do exceder o seu valor recuperável.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentados na Nota 7.

2.9 Instrumentos financeiros derivativos e operações de "hedge"

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Sociedade mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um "*hedge*" de fluxo de caixa ou um "*hedge*" de variação cambial de investimentos no exterior são registradas em ajustes de avaliação patrimonial, e quando qualificados como um "*hedge*" de risco de mercado, o objeto e o instrumento de "*hedge*" são registrados no resultado pelos valores justos.

A Sociedade avalia, tanto no início da cobertura do "hedge" quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de "hedge" são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de "hedge" é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de

1 A autorização de funcionamento decorre da Lei nº 12.865/2013 e de um conjunto de normas expedidas pelo CMN e pelo BACEN, que definem o novo marco regulatório aplicável aos arranjos de pagamento e instituições de pagamento integrantes do SPB, incluindo a atividade de credenciamento de estabelecimentos comerciais. Este conjunto de normas têm por objetivo principal modernizar os instrumentos de pagamentos com foco na eficiência e segurança do SPB, sendo que sua aplicação, bem como a supervisão das chamadas instituições de pagamento (tal qual a Sociedade) passa a ser de responsabilidade do Banco Central.

instrumentos financeiros não caracterizados como "hedge" ou caracterizados como "hedge" de valor justo são reconhecidas na linha de (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido, na demonstração do resultado.

2.10 Contas a receber operacionais e contas a pagar a estabelecimentos comerciais

Contas a receber operacionais

- Contas a receber de emissores - referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio com prazos de recebimento inferiores a um ano.
- Aquisição de recebíveis - Contas a receber dos bancos emissores relacionado às operações de aquisição de recebíveis, registrado pelo valor adquirido, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados e utilizando-se as taxas de desconto contratadas nessas operações.
- Valores a receber de transações financeiras processadas - representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.
- Valores a receber de comissões de estabelecimentos comerciais - representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

Contas a pagar a estabelecimentos comerciais

- Contas a pagar a estabelecimentos - obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade.
- Valores a liquidar para os estabelecimentos comerciais referentes a transações processadas pela Me-S - são representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.
- Cauções de clientes - a Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.11 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis das subsidiárias no exterior são adaptadas aos critérios contábeis da controladora e convertidas para a moeda Real pela taxa do final do período.

2.12 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 11. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. A composição dos saldos do imobilizado e sua respectiva depreciação está apresentada na Nota 11.

2.13 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.14 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Semestralmente, e se houver evidência, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.15 Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

O ágio decorrente de investimentos em controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas demonstrações contábeis individuais. Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.16 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

As informações contábeis consolidadas incluem as seguintes controladas, controladas em conjunto e coligada, diretas e indiretas, e FIDC:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	30/06/2017	30/06/2016	
Participação direta em controladas e FIDC:			
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay") (*)	91,44	50,10	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")	99,99	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island ("Cielo Cayman")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira no semestre findo em 30 de junho de 2017.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC") (**)	100,00	-	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Participação indireta em controladas:			
M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos") (*)	91,44	50,10	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago, e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")			Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte (" <i>back office</i> ") para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("Prevsáude")	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.
Participação indireta em coligada:			
Stelo S.A. ("Stelo")	30,00	30,00	Facilitadora para pagamentos online e carteira digital, tanto para o mundo físico quanto para o comércio eletrônico.

(*) Em julho/2016, a Sociedade concluiu a aquisição adicional de 41,34% de participação na controlada Multidisplay (nota 12)

(**) Fundo constituído em 05 de agosto de 2016 (nota 7, item b)

4. ADOÇÃO INICIAL DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS CONSUBSTANCIADAS NO PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Em 09 de outubro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.865 que estabelece, dentre outros assuntos, os conceitos, princípios e normas gerais sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento, os quais passam a integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB"), bem como a se submeter à regulamentação do Banco Central do Brasil ("BACEN"). A Lei nº 12.865/2013 e o conjunto de normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e pelo BACEN definem o novo marco regulatório aplicável aos arranjos de pagamento e instituições de pagamento, incluindo a atividade de credenciamento de estabelecimentos comerciais, conforme desenvolvida pela Sociedade. Este conjunto de normas têm por objetivo principal modernizar os instrumentos de pagamentos com foco na eficiência e segurança do SPB, sendo que sua aplicação, bem como a supervisão das chamadas instituições de pagamento (tal qual a Sociedade) passa a ser de responsabilidade do Banco Central. Diante dessa conjuntura, em 27 de abril de 2017, a Cielo S.A. obteve a autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora, passando a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Dentre as principais diferenças entre as normas internacionais de relatório financeiro ("*IFRSs*") e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("CPC") em relação ao novo regimento contábil do Banco Central que passou a ser adotado pela Sociedade (BR GAAP), destaca-se o tratamento do ágio. De forma diversa ao tratamento adotado pelas *IFRSs*, no âmbito do COSIF, ágio contabilizado com fundamento na previsão de resultados futuros ("*goodwill*") deve ser amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido à avaliação anual de recuperabilidade ("teste de *impairment*").

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nºs 3.355/2006, 4.192/2013 e 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Ajustes de avaliação patrimonial" ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.17 Benefícios a empregados

A Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.18 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota 15).

2.19 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa 16 (g). Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.20 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, bem como aos de sua controlada Servinet, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

3. INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

As informações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Sociedade e de suas controladas. Quando necessário, as informações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores. Mudanças de participação societária em investimentos em controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transação de capital entre sócios, e qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tiver sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora.

Nas informações contábeis individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em relação ao FIDC, a Sociedade consolida as informações contábeis do FIDC por entender que este foi constituído com o objetivo principal de concentrar a operação de aquisição dos recebíveis oriundos das transações de pagamento operacionalizadas pelo sistema de aquisição da Cielo, sendo que parte relevante dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade do FIDC está vinculada às quotas mantidas pela Sociedade. No processo de consolidação do FIDC foram feitas as eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Sociedade e o FIDC.

Na elaboração da demonstrações financeiras consolidadas foram aplicados, além das disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras (COSIF), os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.



CIELO S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91

www.cielo.com.br



Balanco patrimonial do exercicio findo em 31 de dezembro de 2015, 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016

Controladora								
Ativo:	31/12/2015	Efeito de	31/12/2015	Efeito de	30/06/2016	31/12/2016	Efeito de	31/12/2016
	Publicado							
	(CPC/IFRS)	adoção inicial	Saldo BR GAAP	(CPC/IFRS)	adoção inicial	Saldo BR GAAP	(CPC/IFRS)	adoção inicial
Circulante	10.440.157	57.453.286	67.893.443	8.878.487	50.725.242	59.603.729	58.362.242	69.345.739
Contas a receber de emissores	10.094.141	56.524.259	66.618.400	8.786.771	50.364.331	59.151.102	1.657.527	57.900.362
Outros (*)	346.016	929.027	1.275.043	91.716	360.911	452.627	9.325.970	461.880
Não circulante	12.830.401	(1.292.381)	11.538.020	12.792.198	(1.385.857)	11.406.341	(1.322.162)	11.810.514
Amortização de ágios	-	(1.337.390)	(1.337.390)	-	(1.248.234)	(1.248.234)	-	(1.420.082)
Outros	12.830.401	45.009	12.875.410	12.792.198	(137.623)	12.654.575	13.132.676	97.920
Total do ativo	23.270.558	56.160.905	79.431.463	21.670.685	49.339.385	71.010.070	57.040.080	81.156.253
Passivo e patrimônio líquido:								
Circulante	6.899.469	57.453.285	64.352.754	5.727.305	50.400.188	56.127.493	58.026.318	64.673.483
Contas a pagar a estabelecimentos	891.898	57.793.449	58.685.347	585.445	50.547.331	51.132.776	1.196.978	58.474.966
Outros (*)	6.007.571	(340.164)	5.667.407	5.141.860	(147.143)	4.994.717	5.450.187	5.001.539
Não circulante (**)	9.850.412	45.010	9.895.422	8.048.253	187.429	8.235.682	8.225.607	351.560
Patrimônio líquido	6.520.677	(1.337.390)	5.183.287	7.895.127	(1.248.232)	6.646.895	9.243.401	(1.337.798)
Total do passivo e patrimônio líquido	23.270.558	56.160.905	79.431.463	21.670.685	49.339.385	71.010.070	57.040.080	81.156.253

(*) Refere-se a reclassificações diversas decorrente da adoção do novo plano de contas estabelecido pelo BACEN, Plano de Contas das Instituições Financeiras do sistema Financeiro Nacional (COSIF).

(**) Corresponde à provisão para obrigações com investidas, resultante de investimentos que passaram a ser negativos após a amortização do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Consolidado								
Ativo:	31/12/2015	Efeito de	31/12/2015	Efeito de	30/06/2016	31/12/2016	Efeito de	31/12/2016
	Publicado							
	(CPC/IFRS)	adoção inicial	Saldo BR GAAP	(CPC/IFRS)	adoção inicial	Saldo BR GAAP	(CPC/IFRS)	adoção inicial
Circulante	12.675.854	57.689.801	70.365.655	11.094.686	50.957.443	62.052.129	13.743.400	58.797.755
Contas a receber de emissores	10.704.756	56.524.259	67.229.015	9.283.910	50.364.331	59.648.241	10.479.543	57.900.362
Outros (*)	1.971.098	1.165.542	3.136.640	1.810.776	593.112	2.403.888	3.263.857	897.393
Não circulante	17.301.947	(1.337.461)	15.964.486	16.751.820	(1.672.513)	15.079.307	(1.831.150)	14.969.520
Amortização de ágios	-	(1.337.390)	(1.337.390)	-	(1.248.234)	(1.248.234)	-	(1.420.082)
Outros (*)	17.301.947	(71)	17.301.876	16.751.820	(424.279)	16.327.541	16.800.670	(411.068)
Total do ativo	29.977.801	56.352.340	86.330.141	27.846.506	49.284.930	77.131.436	30.544.070	56.966.605
Passivo e patrimônio líquido:								
Circulante	8.063.954	57.677.405	65.741.359	6.695.495	50.533.107	57.228.602	7.852.780	58.293.695
Contas a pagar a estabelecimentos	1.503.254	57.793.449	59.296.703	1.052.524	50.547.330	51.599.854	1.924.255	58.474.966
Outros (*)	6.560.700	(116.044)	6.444.656	5.642.971	(14.223)	5.628.748	5.928.525	(181.271)
Não circulante	11.749.880	12.325	11.762.205	9.604.733	55	9.604.788	9.788.300	10.708
Patrimônio líquido	10.163.967	(1.337.390)	8.826.577	11.546.278	(1.248.232)	10.298.046	12.902.990	(1.337.798)
Total do passivo e patrimônio líquido	29.977.801	56.352.340	86.330.141	27.846.506	49.284.930	77.131.436	30.544.070	56.966.605

(*) Refere-se a reclassificações diversas decorrente da adoção do novo plano de contas estabelecido pelo BACEN, Plano de Contas das Instituições Financeiras do sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Demonstração do resultado do exercicio findo em 31 de dezembro de 2016

Controladora					Consolidado				
	31/12/2016	Efeito de	31/12/2016		31/12/2016	Efeito de	31/12/2016		
	Publicado								
	(CPC/IFRS)	adoção inicial	Saldo BR GAAP		Publicado	(CPC/IFRS)	adoção inicial	Saldo BR GAAP	
Receita líquida	7.366.989	-	7.366.989		12.300.789	-	12.300.789		
Lucro bruto	5.053.204	-	5.053.204		6.306.025	-	6.306.025		
Lucro operacional antes do resultado financeiro	4.189.479	(314.446)	3.875.033		4.569.466	(314.446)	4.255.020		
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	5.562.767	(10.967)	5.551.800		6.020.776	(10.967)	6.009.809		
Lucro líquido do exercicio	4.005.450	(114.150)	3.891.300		4.183.496	(114.150)	4.069.346		

Demonstração do resultado do período findo em 30 de junho de 2016

Controladora					Consolidado				
	31/12/2016	Efeito de	30/06/2016		31/12/2016	Efeito de	30/06/2016		
	Publicado								
	(CPC/IFRS)	adoção inicial	Saldo BR GAAP		Publicado	(CPC/IFRS)	adoção inicial	Saldo BR GAAP	
Receita líquida	3.625.572	-	3.625.572		6.116.922	-	6.116.922		
Lucro bruto	2.532.231	-	2.532.231		3.137.082	-	3.137.082		
Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.092.352	(160.414)	1.931.938		2.267.926	(160.414)	2.107.512		
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	2.752.349	166.236	2.918.585		2.961.012	166.236	3.127.248		
Lucro líquido do período	1.984.556	55.175	2.039.731		2.067.959	55.175	2.123.134		

No período findo em 30 de junho de 2017, o impacto da amortização de ágio no lucro líquido na Controladora e no Consolidado é de R\$ 150.064, e na rubrica de outros ajustes de avaliação patrimonial é de R\$ 25.945 (em decorrência da variação cambial sobre o ágio registrado nas subsidiárias americanas).

5. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades:

Em moeda nacional

Em moeda estrangeira

Total

Os saldos da rubrica "Disponibilidades" são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, no caso da Sociedade, e por membros das associações de cartões, no caso da Me-S, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

Em 30 de junho de 2017 e em 30 de junho de 2016, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa da Sociedade e do Grupo é composto pelos saldos de disponibilidades apresentados acima.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações no Mercado Aberto

Debêntures compromissadas

Total

Aplicações no Mercado Aberto

Debêntures compromissadas

Total

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 26 - Resultado financeiro.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

a. Saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos

Controladora									
Taxa média ponderada a.a.	30/06/2017					30/06/2016			
	Faixa de vencimento				Total	Total			
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Valor de mercado (*)	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365
Títulos privados									
Cotas de fundo de investimento	97,40% do DI	-	-	-	8.590.645	8.590.645	8.590.645	-	-
Mantidos para negociação									
Títulos privados									
Certificados de depósitos bancários - CDB	98,87% do DI	181	-	108.042	478.515	586.738	586.738	392	392
Mantidos até o vencimento									
Títulos privados									
Certificados de depósitos bancários - CDB	98,87% do DI	-	-	-	-	-	-	70.613	70.613
Total	181	-	108.042	9.069.160	9.177.383	9.177.383	71.005	71.005	

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

Consolidado									
Taxa média ponderada a.a.	30/06/2017					30/06/2016			
	Faixa de vencimento				Total	Total			
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Valor de mercado (*)	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365
Mantidos para negociação									
Títulos públicos									
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% do DI	-	-	-	383	383	383	-	-
Títulos privados									
Certificados de depósitos bancários - CDB	98,87% do DI	181	960.857	174.256	479.349	1.614.643	1.614.643	925.272	925.272
Cotas de fundo de investimento	97,40% do DI	-	277.241	92.414	242	369.896	369.896	1	1
Outros	-	-	-	-	-	-	-	203	203
Mantidos até o vencimento									
Títulos privados									
Certificados de depósitos bancários - CDB	98,87% do DI	-	-	-	-	-	-	70.816	70.816
Total	181	1.238.098	266.669	479.974	1.984.922	1.984.922	996.292	996.292	

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 26 - Resultado financeiro.

b. Fundo de Investimento em direitos creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC") iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O FIDC tem por objetivo proporcionar ao cotista a valorização das cotas por meio de investimento de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento, para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, operacionalizados no sistema de aquisição Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

O FIDC deve manter após 90 (noventa) dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis.

Os direitos creditórios são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério "pro rata temporis". Em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016, os direitos creditórios ajustados pela TIR refletem o valor justo do fundo. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

A administração, a gestão e a custódia do FIDC são realizadas pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A estrutura de patrimônio do FIDC, em 30 de junho de 2017, é constituída por 6.075.048 quotas de titularidade da Cielo, no valor de R\$ 1.414,09 reais cada uma, totalizando o montante de R\$ 8.590.645.

O balanço patrimonial e a demonstração do resultado do semestre do FIDC estão assim demonstrados:

Ativo				Passivo			
30/06/2017				30/06/2017			
Caixa e equivalentes de caixa				Fornecedores			
				Impostos e contribuições a recolher			
				Partes relacionadas a pagar			
				Patrimônio líquido			
				Total			



CIELO S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91

www.cielo.com.br



(a) **FINAME**
A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional. O referido repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.
Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos por meio de FINAME.

(b) **Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds"**
Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de "bonds" no valor total de US\$875 milhões, sendo US\$470 milhões emitidos pela Sociedade e US\$405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal em novembro de 2022.

Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses "bonds" (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.
Não há cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de "bonds".

(c) **Debêntures Privadas**
Em 27 de fevereiro de 2015, a Sociedade realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirográfrica, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. A remuneração das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários, conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

	Montante principal	Remuneração
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas. Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(d) **Debêntures Públicas**
Em 13 de abril de 2015, a Sociedade realizou a 4ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirográfrica, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da IN/CVM 400/03. A emissão foi realizada no montante de R\$ 4.600.000, com data de vencimento em 13 de abril de 2018. A remuneração das Debêntures Públicas contemplará juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 105,8% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. O valor principal será amortizado em 3 parcelas iguais e anuais, em abril de cada ano, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano.

O montante de R\$ 4.600.000 foi integralmente destinado ao resgate antecipado das Notas Promissórias, emitidas em 29 de dezembro de 2014. As Debêntures Públicas possuem "covenants" que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados anualmente.

A Sociedade cumpriu o índice financeiro relacionado às cláusulas restritivas das debêntures públicas descritas acima.

(e) **Financiamento de P&D**
Em 9 de dezembro de 2014, a Cielo celebrou contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas no valor total de R\$ 159.769, cuja primeira parte dos recursos no montante de R\$ 59.115, sendo R\$ 58.553 líquidos de despesas de inspeção e supervisão, foram liberados em 16 de junho de 2015. O referido financiamento foi captado com juros de 4,00% ao ano, com início de pagamento do saldo principal em 36 meses que será realizado em 85 parcelas sucessivas mensais após o referido prazo de carência. Os juros são pagos a partir do recebimento da primeira liberação. A sociedade mantém aplicação financeira, remunerada a 101,00% da taxa DI no montante de R\$75.481 dado em garantia ao financiamento obtido.

Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação ao financiamento obtido junto ao FINEP.

(f) **Empréstimo em moeda estrangeira - "operação 4.131"**
Em 19 de junho de 2015 foi contratado empréstimo no valor de US\$204.625, equivalente a R\$630.000 que contempla juros remuneratórios baseado na variação percentual acumulada de 100,00% da Libor mais "spread" de 0,73% ao ano. Adicionalmente, em 31 de julho de 2015, a Sociedade contratou o valor de US\$109.016, correspondente a R\$370.000, com juros remuneratórios de 100,00% da Libor mais "spread" de 1% ao ano, ambos contratados junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. ("BTMU"), com vencimento em 19 de dezembro de 2016. Conjuntamente, a Sociedade contratou instrumentos financeiros derivativos ("Swaps") com o objetivo específico de proteger os referidos empréstimos de oscilações decorrentes de variação cambial e da taxa de juros, tendo a remuneração mensal final, considerados todos os custos da operação, equivalentes a 99,4% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. Os juros dos empréstimos foram pagos mensalmente desde o início da contratação, juntamente com a liquidação parcial do instrumento financeiro. Ambos os instrumentos financeiros, empréstimos em moeda estrangeira e derivativos, permaneceram efetivos durante todo o período de vigência e foram liquidados em 19 de dezembro de 2016. Em 22 de dezembro de 2016, foi contratada nova operação junto ao BTMU no valor de US\$297.327, equivalente a R\$1.000.000 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 1,78% ao ano para o período de 22/12/2016 à 22/03/2017 e 1,88% ao ano para período de 22/03/2017 até vencimento do contrato em 22/06/2017. Adicionalmente, a Sociedade contratou Swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva (remuneração do banco), considerados todos os custos da operação, equivalentes a 101,4% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratados foram pagos em 22/03/2017 e 22/06/2017, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo. Em 30/06/2017, a Sociedade não possui saldos de empréstimos em moeda estrangeira e instrumentos financeiros de proteção (Swap). A mutação dos empréstimos e financiamentos para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.727.888	13.299.493
Novas captações	32.495	32.495
Pagamento de principal	(1.653.865)	(1.653.865)
Variação cambial (principal e juros)	(547.311)	(828.695)
Ajuste Marcação a Mercado (MTM)	5.775	5.775
Juros provisionados e encargos apropriados	584.282	613.192
Juros pagos	(628.127)	(654.736)
Saldo em 30 de junho de 2016	9.521.137	10.813.659
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.478.071	10.791.109
Novas captações	100.453	100.453
Pagamento de principal	(2.823.253)	(2.823.252)
Variação cambial (principal e juros)	14.749	10.424
Ajuste de marcação a mercado	4.532	4.532
Juros provisionados e encargos apropriados	406.638	431.432
Juros pagos	(258.617)	(258.618)
Saldo em 30 de junho de 2017	6.922.572	8.256.080

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo

A composição do saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" classificado como não circulante em 30 de junho de 2017, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2018	52.100	52.100
2019	68.011	68.011
2020	17.949	17.949
2021	15.108	15.108
2022	1.570.078	2.909.899
2023	3.352.234	3.352.234
2024	14.092	14.092
Total de empréstimos e financiamentos	5.089.572	6.429.393
Apropriação de custos na emissão de dívidas	(5.897)	(12.872)
Total	5.083.675	6.416.521

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS - CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

	Controladora	Consolidado
Contas a pagar a estabelecimento (a)	53.025.716	51.132.776
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	463.365
Cauções de clientes (c)	-	42.566
Total	53.025.716	51.132.776

(a) Contas a pagar a estabelecimentos - Corresponde à obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade. O saldo do contas a pagar a estabelecimentos é superior ao saldo ativo do contas a receber de emissores, apresentado no ativo, dado que, de forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias ("float" de aproximadamente dois dias).
(b) Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes à transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.
(c) Cauções de clientes - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial. Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos. A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, como segue:

	Controladora			
	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	30/06/2017
31/12/2016	Adições (i)			
Tributárias	1.499.662	67.012	(509)	1.343
Cíveis	41.471	16.596	(1.050)	2.441
Trabalhistas	93.615	13.209	(8.472)	4.437
Total	1.634.748	96.817	(10.031)	4.271
31/12/2015	Adições (i)	reversões	monetária	Pagamentos
30/06/2016	1.401.073	118.551	(2.542)	3.214
				(5.925)
				1.514.371
	Consolidado			
	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	30/06/2017
31/12/2016	Adições (i)			
Tributárias	1.499.662	67.012	(509)	1.343
Cíveis	42.552	16.596	(1.225)	2.441
Trabalhistas	117.205	14.781	(11.267)	483
Total	1.659.419	98.389	(13.001)	4.267
31/12/2015	Adições (i)	reversões	monetária	Pagamentos
30/06/2016	1.420.270	127.887	(6.005)	3.255
				(5.925)
				1.539.482

(i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida às rubricas "Impostos sobre serviços" e "Outras despesas operacionais, líquidas", e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Processos tributários

Os saldos a seguir correspondem à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais e respectivos depósitos judiciais:

	Provisão para Riscos Tributários		Depósito Judicial	
	Consolidado	30/06/2017	Consolidado	30/06/2016
30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	
Cofins - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.356.050	1.502.722	1.339.421
Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (b)	17.183	16.298	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	15.243	1.034	37.444	19.949
Total	1.567.508	1.391.322	1.558.106	1.377.310

(a) **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, e efetuou o depósito judicial dos valores apurados mensalmente até maio de 2017. Como consequência, a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa foi registrada como provisão para riscos. O processo judicial da Cielo está sobrestado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região/SP, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em autos de Recurso Extraordinário, cuja discussão ainda não foi definitivamente solucionada. Em 30 de junho de 2017, o valor dessa provisão para riscos é de R\$ 1.517.142 e o saldo de depósito judicial é de R\$ 1.502.722 na controladora e no consolidado.

(b) **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 30 de junho de 2017, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 17.183 na controladora e no consolidado.

(c) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das "estimativas" de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso de apelação da empresa. Em 30 de junho de 2017, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 10.895 na controladora e no consolidado, e o valor do depósito judicial é de R\$ 10.895 na controladora e no consolidado.

(d) **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a controladora compensou o saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 30 de junho de 2017, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 7.045 e o valor do depósito judicial é de R\$ 7.045, na controladora e no consolidado. A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 30 de junho de 2017, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 52.504 na controladora e R\$ 53.410 no consolidado (R\$ 36.884 na controladora e R\$ 38.140 no consolidado em 30 de junho de 2016), e o saldo de depósito judicial em 30 de junho de 2017 é de R\$ 5.767 na controladora e R\$ 5.784 no consolidado (R\$ 4.484 na controladora e R\$ 4.536 no consolidado em 30 de junho de 2016).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2017, existem ações cíveis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nessas casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas que, em 30 de junho de 2017, incluíam 432 ações trabalhistas contra a Sociedade e 69 contra as controladas, totalizando 501 ações (318 ações trabalhistas contra a Sociedade e 72 contra as controladas, totalizando 390 ações em 30 de junho de 2016). Dentre essas ações em 30 de junho de 2017, 168 foram movidas por empregados (143 em 30 de junho de 2016) e as 333 restantes (247 em 30 de junho de 2016) foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Via de regra, somente após decisão judicial de 1ª ou 2ª instâncias, as ações são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

Em 30 de junho de 2017, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 98.799 na controladora e R\$ 121.202 no consolidado (R\$ 86.165 na controladora e R\$ 110.020 no consolidado em 30 de junho de 2016), e o saldo de depósito judicial é de R\$ 33.478 na controladora e R\$ 40.528 no consolidado (R\$ 25.820 na controladora e R\$ 30.090 no consolidado em 30 de junho de 2016).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 52,02% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 47,98% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade. Adicionalmente, em 30 de junho de 2017, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora			
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Tributárias	121.702	85.708	126.125	90.004
Cíveis	132.595	94.689	133.482	94.689
Trabalhistas	107.716	84.403	133.453	110.305
Total	362.013	264.800	393.060	294.998

b. Depósitos judiciais

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2016	Adições	Baixas	30/06/2017
Tributários	1.477.064	77.943	(2)	1.555.005
Cíveis	5.517	250	-	5.767
Trabalhistas	31.808	1.670	-	33.478
Total	1.514.389	79.863	(2)	1.594.250
31/12/2015	Adição	Baixa	30/06/2016	
1.296.203	110.631	(2.318)	1.404.516	
	Consolidado			
	31/12/2016	Adições	Baixas	30/06/2017
Tributários	1.480.163	77.946	(2)	1.558.107
Cíveis	5.535	250	-	5.785
Trabalhistas	36.914	3.612	-	40.526
Total	1.522.612	81.808	(2)	1.604.418
31/12/2015	Adição	Baixa	30/06/2016	
1.302.455	111.943	(2.461)	1.411.937	

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social em 30 de junho de 2017 R\$ 4.700.000 representado por 2.716.815.061 ações ordinárias (R\$ 3.500.000 representado por 2.264.012.551 ações ordinárias em 30 de junho de 2016), todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado na nota explicativa 17, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 30 de junho de 2017 é de 2.712.679.297 (2.258.567.830 ações em 30 de junho de 2016).

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 30 de junho de 2017 é de R\$ 64.283 (R\$ 58.356 em 30 de junho de 2016).

c. Ações em tesouraria

Em 26 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com o artigo 8º, §3º da Instrução CVM nº 567/15, aprovou a aquisição de até 1.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, a fim de atender ao exercício das opções e/ou ações a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade ("Plano"), aprovado e aditado nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, e destinado a estatutários e não estatutários elegíveis conforme regras previstas no Plano, dentro do prazo de 365 dias contados de 26 de fevereiro de 2016 a 25 de fevereiro de 2017. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica "Reserva de Capital" apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12º da Instrução nº 10/80. Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		
	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.244.506	103.967	24,49
Venda em janeiro de 2017	(74.099)	(1.815)	24,49
Venda em fevereiro de 2017	(344.221)	(8.432)	24,49
Venda em março de 2017	(67.409)	(1.651)	24,49
Venda em abril de 2017	(145.747)	(3.570)	24,49
Saldo em ações em tesouraria antes da bonificação	3.613.030	88.499	24,49

Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação (*)

Venda em abril de 2017

Venda em maio de 2017



A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

19. DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses 30/06/2017	30/06/2016	Período de seis meses 30/06/2017	30/06/2016
Despesas com pessoal	231.836	217.085	388.629	370.003
Depreciações e amortizações	228.035	217.484	229.281	651.415
Serviços profissionais	206.545	208.260	229.365	241.135
Gastos com aquisição (a)	850.657	867.316	2.094.861	2.197.195
Vendas e marketing (b)	77.716	140.625	83.650	146.644
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	225.247	332.907
Outras	27.742	40.922	16.464	74.491
Total	1.622.531	1.691.692	3.663.497	4.013.890
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	1.089.271	1.093.341	2.763.755	2.979.840
Despesas com pessoal	146.060	141.045	273.130	261.612
Despesas gerais e administrativas	209.473	202.353	421.837	450.508
Vendas e marketing	77.716	140.625	83.650	146.644
Outras despesas operacionais, líquidas	100.011	114.328	121.125	175.286
Total	1.622.531	1.691.692	3.663.497	4.013.890

(a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
(b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores e ações comerciais para novos credenciamentos de clientes.
(c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses 30/06/2017	30/06/2016	Período de seis meses 30/06/2017	30/06/2016
Perdas com créditos incobráveis e fraude	(86.136)	(56.190)	(103.155)	(84.236)
Provisão para risco, líquida	(20.689)	(17.206)	(19.481)	(23.531)
Baixas e (reversões)/provisões para perdas do imobilizado	3.084	(43.284)	2.933	(43.285)
Provisão para perda em investimentos (*)	-	-	-	(21.747)
Outras	3.730	2.352	(1.422)	(2.487)
Total	(100.011)	(114.328)	(121.125)	(175.286)

(*) No semestre findo em 30 de junho de 2016, a Sociedade reconheceu provisão para perda no valor recuperável referente ao investimento e ágio em coligada.

21. COMPROMISSOS

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 30 de junho de 2017, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

	Consolidado
Até 1 ano	15.367
De 1 ano a 5 anos	21.319
Total	36.686

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

25. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E DE AÇÕES RESTRITAS

Em 30 de junho de 2017, a posição dos planos de opção de compra de ações e ações restritas é a seguinte:

Data de outorga	Quantidade de ações										Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Bonificação								
				2012	2013	2014	2015	2016	2017	Saldo		
Julho de 2011	1.312.065	(212.978)	(2.464.050)	239.266	269.520	811.283	54.397	25.785	13.588	48.876	6,28	2,51
Julho de 2012	986.475	(183.624)	(2.139.841)	-	188.945	1.047.455	254.514	107.483	59.828	321.235	10,73	4,42
Julho de 2013	1.049.141	(266.809)	(1.830.729)	-	-	989.734	370.317	263.000	122.584	697.238	12,52	5,83
Julho de 2014	1.561.552	(304.472)	(844.943)	-	-	-	303.607	311.729	214.442	1.241.915	18,87	8,70
Julho de 2015	557.354	(112.656)	(181.440)	-	-	-	-	105.050	86.862	455.170	-	28,83
Março de 2016	235.536	-	(174.803)	-	-	-	-	47.108	21.568	129.409	-	22,06
Julho de 2016	650.947	(61.532)	(85.703)	-	-	-	-	-	101.984	605.696	-	27,43
Março de 2017 (*)	121.470	-	-	-	-	-	-	-	24.294	145.764	-	22,51
Total	6.474.540	(1.142.071)	(7.721.509)	239.266	458.465	2.848.472	982.835	860.155	645.150	3.645.303		

(*) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 2017 foi deliberado e aprovado o plano Sócio Cielo 2017 "Restricted shares", outorgado em março do mesmo ano.

Para determinar o valor justo das opções, a partir de 2011, optou-se pelo modelo de precificação binomial, baseada nas seguintes premissas econômicas:

	Outorga em			
	Julho 2011	Julho 2012	Julho 2013	Julho 2014
	8,87%	5,36%	3,71%	3,31%
Volatilidade do preço da ação	38,27%	31,65%	30,06%	23,15%
Período esperado para o exercício	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos

No semestre findo em 30 de junho de 2017, foi reconhecida provisão de R\$14.363 líquido dos encargos (R\$16.325 em 30 de junho de 2016), tendo como contrapartida a rubrica "Despesas com pessoal". Desses montantes correspondem a parcela de diretores estatutários o montante de R\$ 7.027 líquido dos encargos (R\$ 9.949 em 30 de junho de 2016).

Foram exercidas 831.347 ações no valor de R\$ 13.142 no período findo em 30 de junho de 2017 (835.944 ações no valor de R\$ 18.647 no semestre findo em 30 de junho de 2016), sendo o saldo total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, em 30 de junho de 2017, o montante de R\$ 1.221 (R\$2.322 em 30 de junho de 2016).

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses 30/06/2017	30/06/2016	Período de seis meses 30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	127.922	36.020	202.600	102.929
Pis e Cofins (b)	(6.054)	(1.749)	(9.536)	(4.866)
Outras receitas financeiras	2.268	1.535	2.542	1.947
Total	124.136	35.806	195.606	100.010
Despesas financeiras:				
Juros de mora e multas	(51)	(54)	(64)	(78)
Multas e juros sobre provisões para riscos	(4.617)	(3.260)	(4.638)	(3.301)
IRRF sobre remessa de juros ao exterior	(6.150)	(6.257)	(6.150)	(6.257)
Juros e encargos sobre empréstimos	(484.887)	(652.439)	(509.681)	(681.350)
Outras despesas financeiras	(31.346)	(10.233)	(31.827)	(11.076)
Total	(527.051)	(672.243)	(552.360)	(702.062)
Aquisição de recebíveis:				
Aquisição de recebíveis (a)	1.249.331	1.364.523	1.250.579	1.363.145
PIS e COFINS (b)	(57.312)	(62.848)	(57.312)	(62.848)
Total	1.192.019	1.301.675	1.193.267	1.300.297
Varição cambial, líquida	(20.303)	321.409	(20.490)	321.491
Total	768.801	986.647	816.023	1.019.736

(a) Aquisição de recebíveis líquida do ajuste *pro rata* tempestis nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pela controladora e pelo FIDC-NP Cielo, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.

(b) Despesas de Pis e Cofins sobre receitas financeiras auferidas pelas empresas do Grupo, sob às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, conforme disposições do Decreto nº 8.426/15, com vigência a partir de 1º de julho de 2015. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de "Receitas Financeiras" e "Aquisição de Recebíveis", na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.

No quadro abaixo, efetuamos a abertura do saldo de variação cambial em receitas e despesas:

	Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses 30/06/2017	30/06/2016	Período de seis meses 30/06/2017	30/06/2016
Varição cambial, líquida:				
Receitas	74.849	415.600	74.838	415.701
Despesas	(95.152)	(94.191)	(95.328)	(94.210)
Total	(20.303)	321.409	(20.490)	321.491

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e "back office"

Em 30 de junho de 2017, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, "back office" e televendas são os seguintes:

	Consolidado
Até 1 ano	282.392
De 1 ano a 5 anos	385.407
Total	667.799

Os contratos de central de atendimento contêm multas rescisórias no montante de R\$ 7.894. Os contratos de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e "back office" não preveem multa rescisória.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, em despesas de contribuições no montante de R\$ 4.731 (R\$ 4.323 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016), contabilizadas nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas com pessoal".

Benefício pós-emprego

A Sociedade possui um passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2017 é de R\$5.107.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$ 32.411 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 (R\$ 27.311 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Sociedade há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

23. PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social. Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 foram registrados na rubrica "Despesas com pessoal" na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Período de seis meses 30/06/2017	30/06/2016	Período de seis meses 30/06/2017	30/06/2016
Colaboradores	26.577	27.786	39.996	37.265
Diretores estatutários	5.120	7.067	5.292	7.479
Total	31.697	34.853	45.288	44.744

24. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos são como seguem:

	Período de seis meses 30/06/2017		
	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	4.994	8.008	13.002
Conselhos de administração	1.118	-	1.118
Total	6.112	8.008	14.120
	Período de seis meses 30/06/2016		
	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	4.510	5.774	10.284
Conselhos de administração	975	-	975
Total	5.485	5.774	11.259

(*) Não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa 26). A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) e do Conselho Fiscal em 2017, fixada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2017, foi de R\$47.000, acrescidos dos correspondentes tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável. Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual aprovada para o ano findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi de R\$515.

Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras).

A Cielo mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota explicativa 16). A partir da concessão da autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento pelo BACEN, em 27 de abril de 2017, a Cielo passou a estar sujeita ao cumprimento de regras que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira. Não há requerimento de manutenção de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017 (6.922.572)	30/06/2016 (9.521.137)	30/06/2017 (8.256.080)	30/06/2016 (10.813.659)
Dívida (i)	-	(1.606)	-	(1.606)
Instrumento financeiro derivativo (ii)	-	-	-	-
Disponibilidades	13.455	3.455	462.309	265.438
Aplicações interfinanceiras	285.946	6.999	308.480	37.637
Títulos e valores mobiliários (exceto FIDC)	586.738	71.005	1.984.922	996.292
Dívida líquida	(6.036.433)	(9.441.284)	(5.500.369)	(9.515.898)
Patrimônio líquido (iii)	9.159.419	6.646.895	12.815.280	10.298.046
Índice de endividamento líquido	65,90%	142,04%	42,93%	92,40%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 13.
(ii) Instrumento financeiro derivativo compreende a posição do contrato de "swap", mencionados no item c - "Hedge" risco de mercado.

(iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários (TVM), contas a receber operacionais e de controladas e controladas em conjunto, fundo de investimento em direitos creditórios, depósitos judiciais, contas a pagar a estabelecimentos, a controladas, controladas em conjunto, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Em 30 de junho de 2017, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	30/06/2017			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	Valor justo por meio do resultado	13.455	13.455	462.309
Aplicações Interfinanceiras e TVM	Valor justo por meio do resultado	872.684	872.684	2.293.402
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	51.257.896	51.257.896	60.688.380
Fundo de investimento em direitos creditórios	Ativos financeiros disponíveis para venda	8.590.645	8.590.645	-
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	1.594.250	1.594.250	1.604.418
Fornecedores	Outros passivos financeiros	563.292	563.292	684.115
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	53.025.716	53.025.716	53.531.647
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	33.574	33.574	-
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	6.922.572	7.061.213	8.256.080

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

As mensurações do valor justo dos ativos e passivos financeiros são realizadas pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos



CIELO S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91

www.cielo.com.br



As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e de 30 de junho de 2016, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade, suas controladas e coligada participam, bem como as movimentações relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016:

Controladora											
30/06/2017											30/06/2016
Acionistas		Controladas, controladas em conjunto e coligada									
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4Produtos	Braspag	Cateno	FIDC -Cielo	Aliança	Total	Total
Ativos (Passivos):											
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	172	287.869	-	-	-	-	-	-	-	288.041	8.653
Contas a receber operacionais	3.417	2.428	-	-	-	-	-	-	-	5.845	5.058
Empréstimos e Financiamentos (f)	-	(3.468.158)	-	-	-	-	-	-	-	(3.468.158)	(3.506.415)
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	39	4.466	20.494	790	12	38	50	25.889	2.890
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	(17.118)	-	-	(8.749)	(7.267)	-	(440)	(33.574)	(19.673)

Consolidado											30/06/2016	
30/06/2017												
Controladas, controladas em conjunto e coligada												
	Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4Produtos	Braspag	Cateno	FIDC -Cielo	Aliança	Total	Total
Ativos (Passivos):												
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	5.409	891.883	-	-	-	-	-	-	-	-	897.292	16.142
Contas a receber operacionais	3.417	2.428	-	-	-	-	-	-	-	-	5.845	5.058
Empréstimos e Financiamentos (f)	-	(3.468.158)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.468.158)	(3.506.415)
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	-	4.466	-	-	-	-	-	-	4.466	656

Controladora												
30/06/2017												30/06/2016
Acionistas		Controladas, controladas em conjunto e coligada										
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4Produtos	Paggo	Braspag	Cateno	FIDC -Cielo	Aliança	Total	Total
Receitas:												
Receitas de aplicações financeiras (a)	327	26.827	-	-	-	-	-	-	-	-	27.154	14.706
Receitas de prestação de outros serviços (b)	19.881	9.448	-	-	2.963	-	-	104	-	-	32.396	40.787
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28
Despesas:												
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(873)	(677)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.550)	(3.477)
Outras despesas operacionais (c)	(21.939)	(1.380)	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.319)	(27.503)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet e Aliança (d)	-	-	(79.238)	-	-	-	-	-	-	(2.833)	(82.071)	(85.297)
Prestação de serviços de processamento de dados (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.795)
Despesas financeiras (f)	-	(208.295)	-	-	-	-	-	-	-	-	(208.295)	(246.805)
Consolidada												

Consolidado												
30/06/2017												
30/06/2016												
Acionistas			Controladas, controladas em conjunto e coligada									
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4Produtos	Paggo	Braspag	Cateno	FIDC -Cielo	Aliança	Total	Total
Receitas:												
Receitas de aplicações												
financeiras (a)	327	98.031	-	-	-	-	-	-	-	-	98.358	79.247
Receitas de prestação de												
outros serviços (b)	19.881	9.448	-	-	-	-	-	-	-	-	29.329	31.730
Receitas de aluguel de equipamentos												
de captura de transações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28
Despesas:												
Outras despesas operacionais -												
Comissão de afiliação	(873)	(677)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.550)	(3.477)
Outras despesas operacionais (c)	(21.939)	(1.380)	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.319)	(16.087)
Despesas financeiras (f)	-	(208.295)	-	-	-	-	-	-	-	-	(208.295)	(246.805)
Prestação de serviços de gestão												
de pagamentos (g)	-	(11.615)	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.615)	(11.579)

- (a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Correspondem a serviços de prevenção à fraude e de trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas, comissão sobre processamento de transações para as empresas M4Produtos, Multidisplay e Orizon, prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico e serviços de RH para a empresa Braspag e aquisição de recebíveis da empresa Multidisplay e serviços de cobrança e liquidação para o FIDC NP-Cielo. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (c) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes: (i) ao seguro de vida coletivo empresarial; (ii) aos seguros hospitalar e odontológico; e (iii) ao contrato de previdência privada. Serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e serviços de pré-processamento de transações para a empresa Braspag. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (d) Prestação de serviços pelas controladas Servinet e Aliança de credenciamento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet e Aliança quando da prestação dos referidos serviços, acréscimos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (e) Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela Braspag.
- (f) Correspondem aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas mantida pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil.
- (g) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores referem-se aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados.

A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vindendos, referentes aos valores a receber do banco emissor acionista em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito.

Essas transações são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito. As operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, “pro rata temporis”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

Incentivos a bancos domicílio

A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de aquisição de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com a “performance” e métricas neles estabelecidas.

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “back office” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Serviços de VAN

A Sociedade detém um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos pela Bandeira Amex (VAN), com o Banco Bradesco Cartões S.A. (que incorporou o Banco BankPar S.A.) (“Banco Bradesco Cartões”), empresa do Grupo Bradesco licenciada dos direitos da bandeira American Express (“Amex”) no Brasil. A parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade na medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura dos contratos teve a aprovação do Conselho de Administração, com abstenção dos legalmente impedidos por conflito de interesse. Os preços cobrados pela prestação do serviço são semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Eduardo Campoza Gouveia Presidente	Adriano Navarini Clovis Poggetti Junior	Danilo Aleixo Caffaro Renata B. de Paiva Greco
--	---	--

Ricardo Grosvenor Breakwell CRC: 1SP279519/O-5
--

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Augusto Dutra Labuto Presidente	Cesario Narihito Nakamura Rômulo de Mello Dias Marcelo de Araújo Noronha	Alberto Monteiro de Queiroz Netto Rogério Magno Panca Antônio Maurício Maurano	Francisco Augusto da Costa e Silva Gilberto Mifano Vinicius Favarão*
---	---	---	---

*Eleição em fase de análise pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Circular 3.683/2013.

CONSELHO FISCAL

Marcelo Santos Dall' Occo	Edmar José Casalatina	Haroldo Reginaldo Levy Neto	Herculano Aníbal Alves	Joel Antônio de Araújo
----------------------------------	------------------------------	------------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Os Srs. membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, e do Relatório da Administração, referentes ao período findo em 30 de junho de 2017 (“Demonstrações Contábeis Semestrais do 1ºS 2017”), por unanimidade, opinaram favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia.

Barueri, 26 de julho de 2017.

PARECERES E DECLARAÇÕES/DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2017 (“Demonstrações Contábeis Semestrais do 1ºS 2017”).

PARECERES E DECLARAÇÕES/DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referente ao período findo em 30 de junho de 2017 (“Relatório Semestral dos Auditores Independentes”).

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

1. Do Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Cielo S.A. (“Companhia”) é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 19 de junho de 2013 (“Regimento Interno”), o Comitê é composto por 03 (três) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo 1 (um) de seus membros o coordenador do Comitê e Conselheiro Independente do Conselho de Administração da Companhia. Os membros pertencentes ao quadro atual do Comitê foram eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de abril de 2016, com mandato até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada para a aprovação do resultado do exercício social de 2017.

De acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Comitê: (a) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, individuais e consolidadas; (b) zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (c) zelar pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; (d) discutir, recomendar e acompanhar a execução dos planos anuais de auditoria e apreciar os relatórios finais; (e) zelar pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do conglomerado.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê reúne-se, no mínimo, trimestralmente em sessões ordinárias. No 1º semestre do exercício social de 2017, o Comitê realizou 02 sessões ordinárias e 03 sessões extraordinárias, reunindo-se com a área de controles internos, auditoria interna, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, semestralmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas e programas de trabalho tratados pelo Comitê.

Dentre as atividades realizadas durante o 1º semestre deste exercício social, cabe destacar as seguintes: (a) a contratação de auditoria independente; (b) o acompanhamento do contingenciamento e provisões judiciais da Companhia; (c) o acompanhamento periódico de escritórios de órgãos reguladores recebidos pela Companhia; (d) o acompanhamento da execução do plano anual de auditoria interna e de seus resultados; (e) o acompanhamento dos controles internos, da gestão de riscos e do monitoramento de fraudes, com base nas manifestações e reuniões com os auditores internos e independentes; (f) o acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações contábeis trimestrais e semestrais, individuais e consolidadas; (g) o acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria independente, bem como das recomendações de melhoria/aprimoramento dos controles internos; (h) o acompanhamento do canal de denúncias; (i) o acompanhamento da implementação das ações necessárias decorrentes dos resultados do diagnóstico de aderência da Companhia quanto à nova regulação do setor de meios de pagamento; (j) a avaliação semestral acerca dos indicadores de Ouvidoria; (h) acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os critérios estabelecidos pelo COSIF.

2. Demonstrações Contábeis Semestrais referentes ao 1º Semestre de 2017

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Relatório da Administração, relativos ao período findo em 30 de junho de 2017 (“Demonstrações Contábeis Semestrais do 1ºS 2017”).

Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o 1º semestre do exercício social de 2017, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que as Demonstrações Contábeis Semestrais do 1ºS 2017 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e recomendam a aprovação das Demonstrações Contábeis Semestrais do 1ºS 2017 pelo Conselho de Administração da Companhia.

Gilberto Mifano Coordenador do Comitê de Auditoria	São Paulo, 24 de julho de 2017. Aureli Carlos Balestrini Membro do Comitê de Auditoria	José Antonio Teixeira Membro do Comitê de Auditoria
--	--	---

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

A partir do fechamento da associação com o BB Elo Cartões, quando foi constituída a Cateno, em 27 de fevereiro de 2015, cujas atividades operacionais se referem substancialmente à gestão de contas de pagamentos no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, que difere essencialmente do segmento supramencionado, o Grupo passou a deter dois tipos de negócios: (i) prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos e (ii) gestão de transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, dentre elas a emissão de cartões, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos à gestão de contas de pagamentos.

Em ato contínuo, a Administração passou a monitorar separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base em métricas diversas, tais como, Receita Líquida, Lucro antes dos Impostos, Lucro Líquido, entre outras, que, em alguns casos é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das informações contábeis intermediárias consolidadas. Adicionalmente, as informações apresentadas no desempenho de cada segmento não correspondem individualmente ao resultado de uma entidade do Grupo.

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Sociedade possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, por meio de suas controladas Me-S e Cielo USA.

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2017			Período de seis meses findo em 30 de junho de 2016		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Conso-lidado	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Conso-lidado
	3.619.033	1.216.176	4.835.209	4.013.477	1.202.473	5.215.950
Mercado Interno	797.107	-	797.107	900.972	-	900.972
Mercado Externo						
Receita operacional líquida	4.416.140	1.216.176	5.632.316	4.914.449	1.202.473	6.116.922
Custo dos serviços prestados	(1.729.152)	(590.749)	(2.319.901)	(1.900.885)	(627.081)	(2.527.966)
Depreciação e amortização	(250.987)	(192.867)	(443.854)	(258.976)	(192.898)	(451.874)
Lucro Bruto	2.436.001	432.560	2.868.561	2.754.588	382.494	3.137.082
Despesas operacionais	(660.572)	(50.139)	(710.711)	(775.379)	(54.650)	(830.029)
Depreciação e amortização	(185.297)	(129)	(185.426)	(199.540)	(1)	(199.541)
Lucro Operacional	1.590.132	382.292	1.972.424	1.779.669	327.843	2.107.512
Resultado financeiro	1.109.326	(293.303)	816.023	1.490.278	(470.542)	1.019.736
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	2.699.458	88.989	2.788.447	3.269.947	(142.699)	3.127.248
Imposto de renda e contribuição social	(837.096)	(30.319)	(867.415)	(1.052.643)	48.529	(1.004.114)
Lucro (prejuízo) líquido	1.862.362	58.670	1.921.032	2.217.304	(94.170)	2.123.134

Atribuído a:

Acionistas controladores	1.861.156	(30.433)	1.830.723	2.210.993	(171.262)	2.039.731
Acionistas não controladores	1.206	89.103	90.309	6.311	77.092	83.403

Para o início da atuação no segmento de negócios de “Gestão de Contas de Pagamentos” em 2015, foi outorgado à controlada Cateno, os direitos de exploração do Arranjo de Pagamentos Ourocard, no montante de R\$ 11,572 milhões (vide nota explicativa 12).

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016:

Saldos patrimoniais em 30 de junho de 2017			
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Total do Ativo	66.251.345	12.606.811	78.858.155
Aquisições de Imobilizado e Intangível	156.790	125	156.915
Investimento em controladas e coligada	98.064	-	98.064
Saldos patrimoniais em 30 de junho de 2016			
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Total do Ativo	64.621.342	12.510.094	77.131.436
Aquisições de Imobilizado e Intangível	172.421	882	173.303
Investimento em controladas e coligada	84.688	-	84.688



CIELO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91

www.cielo.com.br



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cielo S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cielo S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cielo S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Impactos da autorização junto ao Banco Central do Brasil para atuar como Instituição de Pagamento (individual e consolidado)

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, a Sociedade obteve em 27 de abril de 2017 autorização junto ao Banco Central do Brasil ("BACEN") para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora, dessa forma as demonstrações financeiras da Sociedade passaram a refletir as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, emitido pelo BACEN. O principal impacto contábil relacionado à adoção do COSIF, refere-se ao tratamento do ágio, que de forma diversa ao tratamento adotado pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS), deve ser amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram. Dessa forma a Cielo registrou a amortização do saldo de ágio de forma retrospectiva, desde a data originária de aquisição de investimento pela Sociedade, de acordo com os prazos de projeção de realização estimados. Devido à relevância do processo de adoção inicial das regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação dos prazos de amortização do ágio, que pode impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados ao processo de mapeamento e registro dos impactos da adoção do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, bem como dos controles relacionados ao cálculo e registro da amortização do ágio. Realizamos também a análise do mapeamento elaborado pela Sociedade dos impactos contábeis e operacionais relacionados à adoção do COSIF em relação a Cielo e suas Controladas. Avaliamos o cálculo dos impactos contábeis identificados, que incluiu os efeitos da amortização do ágio, bem como os ajustes de harmonização de práticas contábeis das empresas investidas que foi elaborado pela Sociedade de forma a estarem em consonância com as atuais práticas contábeis. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o processo de adequação da Cielo às regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, cálculo da amortização do ágio e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

2. Processo de captura, processamento e liquidação das transações (individual e consolidado)

A Sociedade mantém um plano de investimentos sistêmicos contínuo com o objetivo de garantir o funcionamento e continuidade de suas operações relacionadas à captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e manter a segurança e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, a Sociedade tem implementado um processo de monitoramento do registro e liquidação das transações, que inclui conciliações, confronto de informações com relatórios de terceiros, entre outros controles internos, que suporta a integridade e precisão no registro das transações e no reconhecimento automático das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de bancos emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo automático de captura, processamento e liquidação das transações, que entre outros é a base para o reconhecimento de receitas operacionais e que pode impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, da importância dos controles internos de monitoramento e da relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o suporte técnico de nossos especialistas em tecnologia, efetuamos a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles gerais chave de tecnologia da informação associados com a captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e contas relacionadas, considerando os aspectos de acesso lógico e físico, mudanças e desenvolvimento de sistemas em programas e infraestrutura, cópia e armazenamento de informações (*backup*), além dos controles chave automatizados relacionados aos processos de negócio definidos como relevantes, executando mapeamento e avaliação de interfaces contábeis, de controles de acesso, configurações de regras de negócio e cálculos automatizados. Aplicamos ainda, testes por amostragem sobre os controles chave relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos das contas patrimoniais relacionados às transações realizadas (captura, processamento e liquidação das operações) e do registro da respectiva receita operacional, bem como, efetuamos, por meio de amostragem, testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação suporte e a integridade dos registros efetuados. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 8 e nº 14.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o processo de captura, processamento e liquidação das transações e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

3. Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida (individual e consolidado)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 10 e nº 12, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ativos intangíveis com vida útil definida cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Sociedade. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento e análises para verificação de evidências de indícios a perda no valor recuperável das unidades geradoras de caixa onde os ativos intangíveis foram alocados. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 10 e nº 12.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequadas a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cielo S.A. e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cielo S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cielo S.A. e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes

CRC 25P028567/O-1 F-SP

Osasco, 01 de agosto de 2017

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2



MEMBER OF
Dow Jones
Sustainability Indices
In Collaboration with RobecoSAM

